



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Mafra

INQUÉRITOS CIVIS n.º 06.2018.00000597-6 e 06.2017.00003961-8

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Pelo presente instrumento, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por intermédio do Promotor de Justiça Filipe Costa Brenner, titular da 3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Mafra, com atribuição para atuar na Defesa do Consumidor, e o estabelecimento **Supermercado Belém Ltda. - ME**, pessoa jurídica de direito privado, sediado na Rua Felipe Schmidt, 1301, Centro, Mafra/SC, CEP n. 89.300-000, representada neste ato pelo **Sr. Ademir Belém**, CPF n. 194.379.279-87, Diretor Presidente, doravante denominado **COMPROMISSÁRIO**, acompanhado de André Ricardo Belém, Diretor de Operações, CPF 025.898.649-22, de Tiago Luís Belém, Diretor Administrativo, CPF 034.396.279-93, e da Advogada Dra. Simone Fleschmann, OAB/SC 22.651, com endereço profissional na Rua Felipe Schmidt, n. 71, sala 15, Centro, São Bento do Sul/SC, ajustam o seguinte:

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127 da CF), assim como a proteção dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos (art. 129, III e IX, da Constituição Federal; e art. 82, I, da Lei 8.078/90 - CDC);

CONSIDERANDO que, em obediência ao disposto no art. 5º, XXXII, da Constituição Federal, no sentido de instar o Estado a promover, "na forma da lei, a defesa do consumidor", foi publicado, em 11 de setembro de 1990, o Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078- CDC);

CONSIDERANDO ser direito básico do consumidor a proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos (art. 6º, I, do CDC);

CONSIDERANDO que o Código de Defesa do Consumidor, em seu art. 18, § 6º, inciso II, dispõe que "são impróprios ao uso e consumo: os produtos

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Mafra

deteriorados, adulterados, avariados, falsificados, corrompidos, fraudados, nocivo à vida ou à saúde, perigosos ou, ainda, aqueles em desacordo com as normas regulamentares de fabricação, distribuição ou apresentação";

CONSIDERANDO que o art. 39, VIII, do Código de Defesa do Consumidor, estabelece que "é vedado ao fornecedor de produtos ou serviços colocar, no mercado de consumo, qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes (...);

CONSIDERANDO que o § 1º art. 55 do Código de Defesa do Consumidor (CDC) dispõe que "a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios fiscalizarão e controlarão a produção, industrialização, distribuição, a publicidade de produtos e serviços e o mercado de consumo no interesse da preservação da vida, da saúde, da segurança, da informação e do bem-estar do consumidor, baixando as normas que se fizerem necessárias";

CONSIDERANDO as disposições do Decreto Estadual nº 31.455/87, que regulamenta os artigos 30 e 31 da Lei n. 6.320/83, os quais dispõem sobre alimentos e bebidas;

CONSIDERANDO que a ingestão de produtos impróprios para o consumo pode ocasionar sérios problemas de saúde aos consumidores, podendo levar, inclusive, à morte;

CONSIDERANDO que foi firmado um Termo de Cooperação Técnica envolvendo o Ministério Público, as Secretarias de Estado da Fazenda, do Desenvolvimento Rural e da Agricultura, da Saúde, da Segurança Pública, do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, o Ministério da Agricultura e do Abastecimento e o Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Santa Catarina, cujo objeto é a fixação de critérios e normas de ação conjunta, por meio dos órgãos envolvidos, para a inspeção e fiscalização de produtos de origem animal (carne, pescado, leite e seus derivados), visando à garantia da qualidade e segurança para o consumo e à preservação ambiental;

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Mafra

CONSIDERANDO que foi apurada a exposição à venda de produtos impróprios para o consumo, consistente em 5 unidades de pernil temperado Pamplona expostas à venda com a data de validade vencida, sendo 3 do lote 0518a-1, com data de vencimento no dia 2.7.2017 e outros 2, lote 0516a-1, com data de vencimento no 30.6.2017, cuja constatação ocorreu por parte deste Promotor de Justiça, na condição de consumidor;

CONSIDERANDO o objeto do inquérito civil n. 06.2018.00000597-6 apenso, o qual apura que, no dia 10.1.2018, Fiscais da Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal da Saúde, por meio do auto de intimação n. 1252/2018, realizaram a apreensão dos produtos com prazo de validade vencido, que resultou na lavratura do auto de infração n. 201/2018 em face do estabelecimento COMPROMISSÁRIO;

RESOLVEM

Celebrar o presente **Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta – TAC**, com fulcro no § 6º do art. 5º da Lei n. 7.347/85, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO E COMPROVAÇÃO DE ADIMPLEMENTO

1.1 O COMPROMISSÁRIO compromete-se a cumprir as exigências exaradas pelas autoridades sanitárias no tocante às irregularidades constatadas durante vistoria efetuada em seu estabelecimento, conforme descrito no Auto de Infração n. 201/2018;

1.2 O COMPROMISSÁRIO compromete-se a comercializar, ter em depósito (salvo se identificado como tal e separado dos demais produtos) e expor a venda somente produtos próprios e adequados ao consumo, conforme legislação federal, estadual e municipal vigentes, bem como a manter fiscalização diária das condições dos produtos expostos a consumo, no que se refere a prazo de validade, procedência (que poderá ser demonstrada por Notas Fiscais de entrada ou por meio de outros documentos idôneos), selos de fiscalização, temperatura, produtos deteriorados, alterados, adulterados, avariados, falsificados, corrompidos, fraudados, nocivos à vida ou à saúde, perigosos ou, ainda, daqueles em desacordo com as normas regulamentares de

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Mafra

fabricação, distribuição, apresentação ou acondicionamento, notadamente:

1.3 Acondicionar e manter os produtos regularmente e segundo a indicação da embalagem ou previsão legal (armazenamento, temperatura, etc.);

1.4 Não expor à venda produtos cuja embalagem estiver violada ou aberta, assim como produtos fracionados sem a devida permissão pelo órgão competente;

1.5 Não expor à venda produtos que não estejam devidamente registrados no órgão público sanitário competente, que sejam de procedência desconhecida ou adquiridos em estabelecimentos clandestinos (produtos sem procedência);

1.6 Não reaproveitar alimentos com prazo de validade vencido;

1.7 Não colocar novos prazos de validade em produtos cujos prazos estejam vencidos ou por vencer;

1.8 Não vender produtos cujo rótulo deixe de apresentar a data de validade e/ou registro nos Serviços de Inspeção Federal, Estadual e Municipal (SIF, SIE e SIM, respectivamente);

1.9 Somente vender carnes e derivados nos termos do que prevê a Seção II do Decreto Estadual n 31.455/1987, com as alterações promovidas pelos Decretos n. 1 e 2/2015 e outras que porventura venham a regulamentar a matéria, além de observar o Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal, aprovado pelo Decreto Estadual n. 3.748/1993 ou outro que venha a substituí-lo, bem como as normativas municipais atinentes ao tema, resolvendo-se eventuais situações pontuais de conflito normativo em cada caso concreto, nos autos do Procedimento Administrativo a ser instaurado para fiscalização do TAC;

1.10 Para a comprovação do avençado nesta cláusula primeira, o **COMPROMISSÁRIO** encaminhará relatório circunstanciado das providências adotadas, no prazo de 60 (sessenta) dias, o qual será submetido a exame e conferência, a ser requisitada, se for o caso, ao órgão responsável pela fiscalização sanitária, procedimento esse que poderá ser objeto de nova verificação sempre que nesta Promotoria de Justiça aportar relatório, auto de constatação ou de infração, ou documento equivalente lavrado pelos órgãos fiscalizadores, assim como representação ou comunicação de qualquer pessoa ou outros órgãos públicos.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Mafra

**CLÁUSULA SEGUNDA: MEDIDAS DE COMPENSAÇÃO
INDENIZATÓRIAS E COMPROVAÇÃO DE ADIMPLEMENTO**

2.1 O COMPROMISSÁRIO, como medida compensatória pelos danos provocados aos direitos metaindividuais tutelados pelo presente instrumento, **compromete-se**, ainda, a depositar o valor de **R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)**, assim fixado em razão da natureza dos produtos cuja irregularidade fora constatada (alimentos de origem animal) e seu relativo potencial de nocividade aos consumidores que os tenham adquirido ou que iriam eventualmente adquiri-los, até o dia **10.06.2018**, em favor do Fundo para Reconstituição de Bens Lesados do Estado de Santa Catarina, CNPJ 76.276.849/0001-54, criado pela Lei Estadual n. 15.694/2011, mediante depósito via Guia de Recolhimento a ser expedida por esta 3ª Promotoria de Justiça. O valor foi assim estabelecido levando-se em consideração o que prescreve o artigo 8º, seu parágrafo único e respectivas alíneas, do Assento n. 1/2013/CSMP;

2.2 Para a comprovação desta obrigação, o **COMPROMISSÁRIO compromete-se** a encaminhar à 3ª Promotoria de Justiça cópia do comprovante do pagamento do boleto, em até 30 (trinta) dias após o prazo estabelecido no item acima.

CLÁUSULA TERCEIRA: CLÁUSULA PENAL

3.1 Na hipótese de descumprimento de qualquer das obrigações assumidas neste TERMO, o **COMPROMISSÁRIO** incorrerá em multa, sem prejuízo das medidas civis, criminais e administrativas a serem adotadas, observando-se, em qualquer caso, antes de se proceder à adoção de tais providências, o contraditório e ampla defesa nos autos do Procedimento Administrativo próprio para fiscalização do TAC, respeitadas as seguintes disposições:

3.2 Para a garantia do cumprimento das obrigações assumidas neste TAC, o **COMPROMISSÁRIO** ficará sujeito à multa de **R\$ 500,00 (quinhentos reais)** a cada vez que descumprir quaisquer das obrigações deste instrumento, cujo valor será atualizado de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), desde o dia de cada prática infracional até o efetivo desembolso, revertendo o valor ao

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Mafra

Fundo para Reconstituição de Bens Lesados do Estado de Santa Catarina, CNPJ: 76.276.849/0001-54, criado pela Lei Estadual nº 15.694/2011 (Banco do Brasil, Agência: 3582-3, Conta Corrente: 63.000-4);

3.3 A multa será considerada por item (1.1 a 1.10) e evento (assim considerado quando de nova constatação de produtos com a verificação de irregularidades às normas supracitadas);

3.4 Para a incidência da referida multa e tomada das medidas legais pertinentes, será necessário, tão somente, relatório, auto de constatação ou de infração, ou documento equivalente lavrado pelos órgãos fiscalizadores, assim como representação ou comunicação de qualquer pessoa ou outros órgãos públicos, sujeitos, nesse último caso (comunicação feita por qualquer pessoa ou outros órgãos públicos não incumbidos tipicamente da fiscalização), à verificação da efetiva ocorrência da infração, nos próprios autos do Procedimento Administrativo de fiscalização do TAC, oportunizando-se contraditório e ampla defesa ao COMPROMISSÁRIO, nos termos do item 3.1;

3.5 A multa poderá ser atenuada, a critério do Ministério Público e a depender da gravidade concreta de cada situação, nos casos em que o estabelecimento, comprovadamente, realizar a troca do produto com prazo de validade vencido, fornecendo outro ao consumidor, nos termos do artigo 1º da Lei Estadual n. 17.132/2017;

CLÁUSULA QUARTA: COMPROMISSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

4. O **MINISTÉRIO PÚBLICO** **compromete-se** a não adotar nenhuma medida judicial de cunho civil em face do COMPROMISSÁRIO pelos fatos que deram ensejo à instauração dos **Inquéritos Civis n.º 06.2018.00000597-6 e 06.2017.00003961-8** e outros fatos anteriores relacionados à venda ou exposição à venda de produtos com prazo de validade expirado ou em outras condições impróprias ao consumo, caso venha a ser integralmente cumprido o disposto neste TAC.

CLÁUSULA QUINTA: FORO

5. As partes elegem o foro da Comarca de Mafra para dirimir controvérsias decorrentes do presente TAC.

Dessa forma, por estarem assim compromissados, firmam o presente TAC em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que terá eficácia de título executivo extrajudicial

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Mafra

(art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85), cujas cláusulas têm aplicação imediata, a despeito da remessa posterior ao Conselho Superior do Ministério Público.

Mafra/SC, 07 de maio de 2018.

Filipe Costa Brenner
Promotor de Justiça

Ademir José Belém
Compromissário – Diretor Presidente

André Ricardo Belém
Diretor de Operações

Tiago Luís Belém
Diretor Administrativo

Dra. Simone Fleischmann
OAB/SC 22.651

Testemunhas:

Tatiana Martins Ribas
Assistente de Promotoria
CPF 060.433.079-01

Taísa Fernanda Schmitz
Assistente de Promotoria
CPF 060.985.319-86